

LEGADO RASGADO

PLANO DE EXTENSAO RURAL

Dois meses antes do fim
do seu mandato, Filipe

Nyusi exibia a
contratação de
extensionistas como
um dos principais
legados da sua
governação

Três meses após
assumir a governação

o executivo de Daniel
Chapo desmonta a
narrativa e manda
centenas de técnicos
para o desemprego



Se é **Agro** ou **Ambiental**

Somos seu parceiro de
comunicação

Contacte-nos

comercial@revistaterra.co.mz

www.revistaterra.co.mz

+258 863233900



ÍNDICE



17. PHOENIX À VISTA, INUNDAÇÕES À CINTURA

LIMPEZA NA EXTENSÃO RURAL

06

Cerca de dois mil técnicos contratados no âmbito do programa SUSTENTA estão a ser afastados do MAAP num divórcio sem causa aparente.

PESOE APONTA NOVAS METAS

10

O Plano Económico, Social e Orçamento do Estado (PESOE) para o exercício de 2025 prevê medidas ambiciosas para revitalizar o sector agrícola e promover a sustentabilidade ambiental em Moçambique.

LEI DE TERRAS

12

Processo de revisão coloca Governo e Sociedade Civil de costas voltadas.

DESCARTE DE RESÍDUOS

14

Aterro industrial de Mavoco regista ligeiro crescimento na procura de serviços .



www.revistaterra.co.mz



redacao@revistaterra.co.mz



[@revistaterramz](https://twitter.com/revistaterramz)



[@revistaterra](https://facebook.com/revistaterra)

Nossos Serviços na Área de Construção

ROTUNDA

PLANT HIRE

Oferecemos uma vasta gama de serviços desde:

Venda e aluguer de equipamentos para obras de engenharia, como a construção de estradas;
Procurement e execução de obras.



Contacto

- +72 (82) 966 1652
- +27 (83) 577 6398
- sales@rotundaplanthire.co.za
- Litchie Road, Vintonia,
Nelspruit, Mpumalanga RSA
- <http://www.rotundaplanthire.co.za>

Ficha técnica

Propriedade

Terra Media Lda - Sociedade Unipessoal

Publicação:



Revista Terra

Rua da Resistencia n.º
1642, 3º Andar, Porta M
Telef.: +258842399758,
+258847322282 e
+258821233910

Email: redacao@
revistaterra.co.mz

Registo sob n.º
122/CABINFO/
DEPC/210/2022

Editor

William F. Mapote

Redacção:

William Mapote
Julio Armino F.
Guilherme FM
Bendito Nascimento

Colaboradores:

Nordino Gabriel (Cabo
Delgado)

Revisor Linguístico:

AR&Servicos SU

Maquetização:

Rui Baltazar
Samuel Maribate

Administração:

Narciso F. Mapote
administracao@revistaterra.
co.mz

Comercial:

Filimão A. Cumbane

Webdesign & Online:

Rui Baltazar

website: www.

revistaterra.co.mz

Twitter:

@revistaterramz

Editorial

Quando o extensionista é o parente pobre da agricultura

Cerca de dois mil técnicos de extensão rural — verdadeiros “cordões umbilicais” entre os produtores e os ideais de um país agrícola — vivem hoje dias de incerteza, após uma decisão administrativa que os desvincula do seu patronato natural, o Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas (MAAP).

Trata-se de uma decisão difícil de compreender, sobretudo considerando o papel estratégico que a extensão rural desempenha num país que ambiciona fazer da agricultura o motor do seu desenvolvimento. Ainda mais se tivermos em conta que é o sector familiar que continua a sustentar a maior parte da produção agrícola nacional.

Na ausência de explicações oficiais e públicas sobre esta ruptura abrupta, uma coisa parece evidente: o actual executivo está a romper com o passado recente no que diz respeito às políticas agrárias. Esta mudança evidencia que aquilo que, até há pouco tempo, era apresentado como um programa revolucionário — o SUSTENTA — não passou de mais um ensaio. Um ensaio envolto em triunfalismo, que agora se revela como mera propaganda.

Além disso, a linha que está a ser seguida pelos actuais responsáveis do sector agrário reforça a marca da descontinuidade que há décadas trava o progresso da agricultura em Moçambique. A cada ciclo, novas estratégias

substituem as anteriores, sem avaliação, sem continuidade, sem consolidação — atrasando, mais uma vez, o desenvolvimento efectivo do sector.

Os técnicos agora dispensados são, em sua maioria, jovens qualificados, formados com esforço e movidos pela paixão de transformar vidas através do conhecimento. São filhos e filhas de Moçambique que escolheram permanecer e servir, mesmo em contextos desafiadores.

A sua retirada não representa apenas uma perda de emprego. Representa o abandono dos campos à improvisação, o enfraquecimento da orientação aos agricultores e um país que arrisca caminhar às cegas numa das suas rotas mais promissoras: a agricultura.

Ainda assim, por estarmos no início de um novo ciclo, queremos crer que razões objectivas e estruturantes sustentam as decisões em curso. E mais do que isso: que há um plano, um rumo, e um verdadeiro compromisso com o progresso do sector agrário.

Esperamos, por isso, que as notificações que hoje chegam às mãos dos extensionistas não representem o fim da linha. Porque num país como o nosso, não há agricultura sem extensionistas. Que se reconheça o seu valor e se aproveite o capital humano já formado, posicionando-os como agentes estratégicos para o desenvolvimento rural e nacional.



William Mapote

E-mail: editor@revistaterra.co.mz

SUSTENTA

UM LEGADO RASGADO



- A extensão rural, que foi um dos legados que há poucos meses era reivindicado como a principal bandeira do SUSTENTA, pode perder mais de dois mil técnicos como resultado de um divórcio já anunciado, deixando dúvidas sobre o rumo que a agricultura, sobretudo familiar, deverá seguir no presente ciclo governativo.



Texto: Bendito Nascimento

Promovido como a bandeira do desenvolvimento agrícola no país, o programa SUSTENTA está a ser silenciosamente desmantelado pelo novo governo.

Dois meses antes de deixar o poder, Filipe Nyusi exaltava o SUSTENTA como um dos maiores legados da sua governação. No discurso que marcou o lançamento da campanha agrícola 2024-25, apontava com orgulho para os milhares de jovens extensionistas contratados para dinamizar a agricultura familiar e integrar os pequenos produtores em cadeias de valor.

Três meses depois de assumir a Presidência, o novo executivo já começou a desmontar, sem rodeios, o que foi vendido como uma revolução agrícola. Cerca de dois mil técnicos contratados no âmbito do programa estão a ser oficialmente informados da não renovação dos seus contratos.

O Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas (MAAP), que de-

veria absorvê-los como Agentes de Extensão, parece estar a fechar-lhes as portas. O resultado: centenas de jovens que esperavam estabilidade e carreira no sector público, possivelmente serão atirados para o desemprego.

Fontes do MAAP admitem que, a bandeira que representava o sector agrícola no executivo passado tem um incerto, não havendo consenso sobre a continuidade do projecto.

Governo minimiza

Perante a onda de críticas pela dispensa do batalhão de extensionistas, o MAAP justifica a decisão como algo “normal” e previamente acordado.

Em declaração a Revista Terra, o Secretário-Permanente Acubar Batista, afirmou que os contratos assinados com os jovens técnicos tinham duração limitada a dois anos, e que, findo esse período, a expectativa era que eles se transformassem em produtores agrários.

“O que estava por detrás do assunto dos extensionistas é que nós tínhamos contratos por dois anos, e depois os próprios extensionistas iam se firmar como produtores agrários. E neste momento o que está a acontecer é que os contratos chegam ao fim e tem que haver esta ruptura. Não porque está-se a dispensar como tal”, disse Batista.

Uma das principais narrativas do anterior executivo apontava para a integração destes técnicos no Ministério, como agentes permanentes de extensão rural, contudo, o Secretário Permanente do MAAP salienta que a ideia não era bem assim, mas a transformação daqueles técnicos, em produtores rurais.

“Há vários [que já se transformaram em produtores]. Penso que até poderíamos fazer um programa em que devíamos demonstrar, a nível dos distritos, alguns extensionistas que já se estabeleceram como produtores”, afirmou.

Extensionistas exigem cumprimento do contrato

Com o fim dos contratos (previsto para o próximo mês de Junho) à vista, o clamor dos abrangidos pela decisão é de pedido de justiça e o cumprimento do que, alegadamente, lhes foi prometido.

O caso dos extensionistas do distrito de Marracuene, província de Maputo, por exemplo, ilustra a frustração de jovens mobilizados pelo projecto SUSTENTA, que agora se sentem traídos.

“Nós só iniciamos as actividades em Abril de 2021 porque o contrato dependia do visto do Tribunal Administrativo. Nunca nos deram uma explicação clara sobre as razões do término. E o contrato, segundo a lei, é renovável duas vezes. Isso daria até 2026”, diz Etiene Kagaeuwa, um dos técnicos abrangidos na província de Maputo.

A estrutura do programa previa que os extensionistas fossem avaliados e, mediante desempenho positivo, passassem à categoria de Pequenos Produtores Comerciais

Emergentes, com acesso a insumos, tractor, campo mínimo de cinco hectares e condições para empreender. No entanto, as nossas fontes dizem que essas promessas



ficaram no papel.

“Nos primeiros anos diziam que seríamos transformados em produtores comerciais. Não aconteceu. Em 2023 renovaram o contrato, mas já sem aquelas bonificações. Começaram a tentar criar outras condições, como sermos enquadrados no aparelho de Estado”, disse outro extensionista ouvido pela Revista Terra.

Para além da falta de “explicações formais” sobre o fim do contrato, há indignação com a ausência de critérios de avaliação:

“Fomos avaliados, então que nos digam quem foram os melhores técnicos. Que benefícios receberam? Que se revejam os contratos e se cumpra o que está lá. Porque o técnico

cumpriu. Falta o empregador”, argumentam.

A dispensa destes técnicos, além de gerar desemprego, ameaça directamente a produção local. Com menos assistência, os produtores desanimam, enfrentam perdas e acabam desistindo.

Segundo informa-

ções que tivemos acesso, em Marracuene por exemplo, dos 20 técnicos que actuam no distrito, apenas 11, que não fazem parte do programa, vão restar.

Camponeses posicionam-se

A União Nacional dos Camponeses (UNAC), uma das principais organizações que representam os interesses dos agricultores em Moçambique, tem sido uma voz activa na defesa dos direitos dos camponeses, especialmente no que tange à assistência técnica. Para a UNAC, a falta de apoio técnico à produção agrícola é um dos principais factores que podem levar a um retrocesso no sector rural, com implicações directas para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável do país.

A UNAC destaca que as técnicas agrícolas são fundamentais para o aumento da produtividade, uma vez que, sem elas, os produtores ficam sem as ferramentas necessárias para enfrentar desafios como as mudanças climáticas e a variabilidade das estações.

As condições climáticas adversas, como secas prolongadas e chuvas intensas, que têm se intensificado

“Fomos avaliados, então que nos digam quem foram os melhores técnicos. Que benefícios receberam? Que se revejam os contratos e se cumpra o que está lá. Porque o técnico cumpriu. Falta o empregador”

nos últimos anos, exigem respostas rápidas e adequadas por parte dos produtores. No entanto, sem a presença de extensionistas qualificados para orientá-los, a adaptação às novas realidades climáticas se torna mais difícil.

“Sem assistência técnica, certamente o país poderá assistir a algum retrocesso, dado que as técnicas são importantes para o incremento da produtividade. E nota que as mudanças climáticas, por exemplo, são questões que estão a nos abalar nesses últimos tempos. E isso,

cados para orientá-los nas práticas agrícolas, no uso de tecnologias apropriadas, no processo de comercialização de seus produtos e na ocupação dos mercados. Sem esses profissionais, os camponeses ficam à mercê de factores externos, muitas vezes impossibilitados de gerar renda suficiente para sustentar suas famílias e investir em suas produções.

“Tal como um paciente precisa de um médico para ser assistido, o campesinato também precisa de assistência técnica. O extensionista



de alguma forma, demanda por um conhecimento para ver como é que as pessoas se ajustam a esses modelos e que continuam a produzir”, afirmou o Secretário Executivo da União Nacional de Camponeses, Luís Muchanga.

A organização compara a necessidade de um extensionista ao papel de um médico para um paciente. Quando uma pessoa vai ao hospital, ela precisa de um médico para tratar das suas doenças e orientá-la sobre a melhor forma de recuperar a sua saúde.

Da mesma forma, o campesinato precisa de extensionistas qualifi-

é essencial para orientar os camponeses na produção, na venda de seus produtos e na ocupação dos mercados”, concluiu o representante da UNAC.

Além disso, a UNAC alerta para o risco de um aumento na desistência da produção agrícola, principalmente nas áreas mais afectadas pela falta de apoio técnico.

Sem a garantia de um acompanhamento especializado, muitos camponeses podem optar por abandonar suas actividades agrícolas, o que teria impactos negativos na segurança alimentar e na economia rural como um todo.



A visão académica de Thomas Selemane

Thomas Selemane, economista, com conhecimentos na área de desenvolvimento agrícola, também compartilhou sua visão sobre a importância da assistência técnica para o sucesso da agricultura em Moçambique.

Para ele, a assistência técnica não é apenas uma necessidade, mas um elemento imprescindível para o progresso da agricultura, independentemente do tamanho da propriedade.

“Não pode ser um projecto, não pode ter um horizonte de dois, três anos. Tem que fazer parte da estrutura da administração pública do país, como há nos outros países que nós admiramos, que têm produção alimentar suficiente para a sua população, mas também para exportar”, afirmou Selemane.

A crítica de Selemane se concentra na dependência de projectos externos, que muitas vezes financiam iniciativas de curto prazo.

Na sua análise, a agricultura em Moçambique não pode depender dessa instabilidade, onde, ao fim de um ciclo de financiamento, o apoio técnico seja interrompido, deixando os agricultores sem as orientações necessárias para continuar sua produção. E por isso, defende que a assistência técnica precisa ser contínua e integrada, fazendo parte da política agrícola nacional.



Governo projecta medidas para impulsionar sector agrário e fortalecer sustentabilidade ambiental

O Plano Económico, Social e Orçamento do Estado (PESOE) para o exercício de 2025 prevê medidas ambiciosas para revitalizar o sector agrário e promover a sustentabilidade ambiental em Moçambique.

Os dois documentos, que foram a debate parlamentar nesta sexta-feira (9 de Maio) destacam acções que visam aumentar a produção, garantir segurança alimentar e responder aos desafios climáticos.

No domínio económico, com enfoque no setor agrário, o Governo compromete-se a prestar assistência técnica em serviços de extensão rural a mais de 1,2 milhão de agregados familiares, assegurando também meios de produção para mais de 450 mil agricultores.

Por outro lado, prevê-se o licenciamento de cerca de 1.500 unidades produtivas pesqueiras, fortalecendo a economia azul e a se-

gurança alimentar.

Para apoiar os produtores e estimular o empreendedorismo rural, será reforçado o financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) que operam em diversas cadeias de valor.

No pilar ambiental, o Governo propõe ações que respondem aos crescentes efeitos das mudanças climáticas. Entre elas está a fiscalização de 300 empreendimentos socioeconómicos para avaliar o cumprimento da legislação ambiental, bem como o reflorestamento de 52 mil hectares com espécies nativas e exóticas, contribuindo para a conservação da biodiversidade.

No contexto da gestão de desastres naturais, serão adquiridas 30 motobombas para assistência às comunidades afetadas pela seca em zonas áridas e semiáridas, e equipados seis Centros Operativos de Emergências, além da construção de dois armazéns para bens humanitários.

Essas iniciativas reflectem, segundo o executivo, o compromisso em garantir um crescimento económico sustentável e resiliente, integrando a agricultura produtiva e a protecção ambiental como pilares fundamentais do desenvolvimento nacional.



Soluções Sustentáveis

E agregamos
valor ao seu
NEGÓCIO

Somos uma Agência de Consultoria Moçambicana vocacionada para a prestação de serviços, comprometida com os padrões qualitativos internacionais, os nossos serviços visam demonstrar a satisfação das necessidades do cliente.



Nossos Serviços

- Contabilidade e auditoria
- Assessoria Empresarial
- Marketing Digital
- Estudo de Mercado e gestão de marcas
- Registo de empresas e representações
- Desenho e gestão de projectos
- Produção de Planos de Negócios

MISSÃO

Tornar-se um elemento-chave na prestação de serviços de contabilidade e auditoria, estudos de viabilidade económica, pesquisa de mercado, marketing digital, gestão de recursos humanos, desenho e gestão de projectos de investimento e desenho de planos de negócio e formação

Contacte-nos Já

E-mail: dadhuconsultores2013@gmail.com
Maputo – Moçambique

+258 846806154
+258 846073317

Revisão da Lei de Terras divide actores do processo



Um grupo de Organizações da Sociedade Civil (OSC) ligadas a questões da terra estão de costas voltadas com o processo de revisão da Lei de Terras, porque segundo dizem, está envolto de vícios.

Através de uma carta assinada por organizações como a Justiça Ambiental (JA!), a Acção Académica para o Desenvolvimento das Comu-

nidades Rurais (ADECRU), a Alternativa, a Missão Tabita, a Natural Justice, a Plataforma da Sociedade Civil da Província de Manica e a Associação dos Jovens Combatentes do Monte Errego (AJOCME), acusam o Governo de falta de transparência, exclusão das comunidades rurais e violação de princípios constitucionais.

De acordo com as organizações, o processo tem sido conduzido de forma superficial, com consultas concentradas em zonas urbanas, deixando de fora mais de 65% da população rural, especialmente mulheres e deslocados em províncias como Cabo Delgado.

Esta abordagem, alertam, nega aos cidadãos o direito de participação activa na definição de políticas

que afectam directamente as suas vidas.

As OSC apontam ainda o que classificam como graves riscos de inconstitucionalidade no Anteprojecto da nova Lei de Terras, destacando artigos que permitem a extinção de Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) para beneficiar projectos privados, em contradição com as protecções previstas na Constituição.

Assegurar a soberania

Enquanto isso, o Presidente da República, Daniel Chapo, defende a necessidade de uma revisão profunda da actual lei, por forma a garantir que as reformas salvaguardem a necessidade do reforço da soberania nacional.

Falando, recentemente, em Maputo, durante a X Sessão do Fórum de Consulta sobre Terras, Chapo sublinhou a necessidade de continuar a fazer da terra, um bem de todos os moçambicanos.

“A terra é de todos nós como cidadãos moçambicanos, e pertence ao povo moçambicano”, destacando que o reforço da soberania e a construção da independência económica passam pelo controlo efectivo deste “recurso estratégico”.

UNAC vinca rejeição a transgénicos no país

A União Nacional de Camponeses (UNAC) venceu, recentemente, a sua contundência na negação à introdução de sementes transgénicas para o sector agrícola no país.

A posição foi vencida pelo Secretário Executivo da organização, Luís Muchanga, durante uma mesa-redonda promovida pelo Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas (MAAP), no âmbito das celebrações do Dia Mundial da Terra.

Muchanga criticou frontalmente a realização, prevista para 8 de Maio, de um encontro que visa discutir a eventual libertação de variedades transgénicas no país.

“Não concordamos com essas opções e vimos lutando contra elas desde 2002, quando participámos na Cimeira do Desenvolvimento Sustentável em Durban”, afirmou, recordando que países como o Quênia já recusaram os transgénicos, alertando para os seus riscos à saúde, ao meio ambiente e à soberania alimentar.

Para o líder da UNAC, a tentativa de introduzir organismos transgénicos em Moçambique é “retrógrada e perigosa”, sobretudo num momento em que a comunidade internacional começa a recuar nessas experiências.

“É incompreensível que, enquanto o mundo avança para práticas mais sustentáveis, Moçambique insista em adoptar aquilo que outros já abandonaram”, disse.

Muchanga enfatizou que os transgénicos não respondem às reais necessidades das comunidades camponesas, servindo antes interesses comerciais alheios ao bem-estar rural.

“Essas atrocidades contribuem para a degradação do planeta. Devemos dizer não aos transgénicos em Moçambique”, reforçou, defendendo o direito dos povos à sua semente, ao seu saber e ao seu modo de produção tradicional.

Feito Com **Arte.** Definitivamente **Moderno.**

Oferecemos móveis de fabricantes europeus de produtos de luxo e design de qualidade superior para:

Sala de estar, Sala de jantar, quarto,
Decoração iluminação para interiores, Tudo de
colecções que variam do luxo, ultramoderno, ao
minimalista contemporâneo e a preços
competitivos

Contacto

- +72 (82) 966 1652
- +27 (83) 577 6398
- sales@rotundaplantire.co.za
- Litchie Road, Vintonia,
Nelspruit, Mpumalanga RSA
- <http://www.rotundaplantire.co.za>



Aterro de Mavoco: O Cemitério dos Resíduos Perigosos em Moçambique

No coração industrial do distrito de Boane, a cerca de 30 quilómetros da cidade de Maputo, está instalado um espaço essencial no campo da protecção ambiental, mas pouco conhecido do grande público: o Aterro Industrial de Mavoco.

Com 70 hectares de extensão, é o único no país especializado na gestão e descarte de resíduos perigosos.

Em funcionamento desde 2005, esta infraestrutura tem ganhado visibilidade como resultado do que já se considera crescimento da consciência ambiental em Moçambique. “A procura pelos nossos serviços aumentou cerca de 10% desde o ano 2000, especialmente nos últimos cinco anos,” revela Adérito Guilande, gestor do aterro, em entrevista à Revista Terra, durante uma visita ao aterro.

Segundo a fonte, este crescimento é reflexo directo de um maior compromisso das empresas com a sustentabilidade e com o cumprimento da legislação ambiental.

Entre os resíduos mais comuns recebidos pelo aterro estão graxas, óleos industriais, materiais fluorinados, fibras de amianto e asbestos, substâncias altamente nocivas ao meio ambiente, provenientes maioritariamente de processos de manutenção industrial.

“Recebemos resíduos de todo o país, incluindo das indústrias de gás de Cabo Delgado e das minas de carvão em Tete,” acrescenta Guilande.

Contudo, nem tudo são boas notícias. Apesar do crescimento da procura, persiste uma lacuna considerada preocupante.

“Há muitos resíduos perigosos a serem produzidos por pequenas e médias indústrias cujo destino final é desconhecido. Isso representa um risco ambiental sério,” alerta o gestor.

Guilande defende que o fortalecimento da fiscalização é urgente pois, é necessário assegurar que todos os operadores industriais, independentemente da sua dimensão, cumpram as normas de gestão de resíduos perigosos.

Com mais de duas décadas de operação, o Aterro de Mavoco não é apenas um espaço de descarte, é uma peça-chave na protecção ambiental do país e, à medida que Moçambique se compromete com aposta num modelo de desenvolvimento mais verde, este tipo de infraestrutura revela-se cada vez mais estratégico

O que vai parar ao Aterro de Mavoco?

- Óleos e graxas industriais
- Fibras de amianto
- Asbestos



Adérito Guilande

Gestor do aterro

“Há muitos resíduos perigosos a serem produzidos por pequenas e médias indústrias cujo destino final é desconhecido. Isso representa um risco ambiental sério”



A cidade aproxima-se

Um dos novos desafios enfrentados pela gestão do aterro é o crescimento da densidade populacional na zona envolvente.

A área onde o aterro foi estrategicamente instalado, longe de comunidades habitadas, começa agora a ser alvo de ocupações espontâneas.

As comunidades que a ritmo cada vez rápido vão aproximando da zona do aterro, falam de algum desconforto ocasional, resultante de cheiros resultantes das actividades daquela unidade.

“Há dias em que o cheiro é bastante incomodativo e julgo que isso pode nos trazer doenças respiratórias, mas não temos muito que fazer”, disse um dos residentes de Mavoco, que se dedica à actividade de mototáxi naquele local.

A expansão da “urbanização” não passa despercebida para os gestores do aterro, mas negam qualquer risco para a saúde das comunidades.

“Temos notado o surgimento de famílias nas proximidades do aterro,” reconhece Guilande.

“Contudo, todas as nossas operações seguem rigorosamente os padrões internacionais. Não há risco de contaminação, nem do solo, nem do ambiente.” O gestor reforça que há sinais positivos da saúde ambiental da área.

“A produção agrícola nas redondezas está a acontecer normalmente, as culturas crescem bem e a biodiversidade local mantém-se saudável.”

Apesar disso, faz um apelo claro:

“É fundamental garantir que a zona tampão do aterro não seja invadida. Essa é uma medida de segurança essencial que deve ser respeitada por todos.” O aterro industrial de Mavoco é propriedade do Estado e está sob tutela do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) e a gestão da empresa Enviroserv Management Service.



“A procura pelos nossos serviços aumentou cerca de 10% desde o ano 2000, especialmente nos últimos cinco anos,”



Elevando Sua **Marca** no **Universo** **Digital**

Em um mundo cada vez mais digital, a presença online é fundamental para o sucesso de qualquer negócio. Na **Terra Media**, somos especialistas em impulsionar a sua marca e mensagem no vasto cenário digital

NOSSOS SERVIÇOS



criação e gestão de websites

Criação de um design visual atraente e responsivo.
Desenvolvimento de protótipos.
Escolha de cores, tipografia e elementos de design.
Garantia de usabilidade e acessibilidade.



organização de eventos

Palestras, Workshop,
Seminários, Conferências,
Mesas Redondas.



Produção de revistas corporativas

Produção Profissional, conteúdo persuasivo,
design atraente, versatilidade de formato
e Qualidade.



concepção e produção de conteúdos informativos

Documentários,
Reportagens e
Vídeos Institucionais.

contacte-nos



comercial@revistaterra.co.mz
redacao@revistaterra.co.mz



+258842399758
+258821233910

PHOENIX À VISTA, INUNDAÇÕES À CINTURA



Um novo mega-projecto habitacional que está a ser construído na capital do país, ameaça reeditar problemas antigos que tem no emblemático Casa Jovem, no bairro da Costa do Sol, um espelho dramático da convivência entre comunidades de baixa renda e projectos habitacionais de luxo, por causa do descaso com o meio ambiente.

Texto: Bendito Nascimento

Prometido como símbolo de desenvolvimento urbano e solução para o deficit habitacional, o condomínio Phoenix ergue-se no horizonte da Costa do Sol como mais um gigante de cimento e promessa. Mas para quem vive ao redor, o que se anuncia não é esperança, mas o eco de um pesadelo já conhecido: o do projecto Casa Jovem, cujos muros transformaram valetas em barreiras e comunidades inteiras em ilhas cercadas por matope, abandono e águas estagnadas. Lançado oficialmente no dia 2 de Abril, em cerimónia dirigida pelo Presidente da República, Daniel Chapo, o Projecto Phoenix, está a ser implantado entre Lihaze e Mapulene, numa área ambientalmente sensível da Costa do Sol na cidade de Maputo, precisamente a poucos metros da zona onde o ambicioso “Casa Jovem” foi inaugurado em

2012.

Tal como o antecessor, o Phoenix avança sobre uma região com características ecológicas muito particulares: solos alagadiços, zonas de mangal e um sistema natural de valetas que há décadas assegura o escoamento das águas pluviais.

A semelhança com o Casa Jovem não é apenas geográfica. Ambos nasceram com promessas grandiosas: centenas de apartamentos, comércio, segurança, serviços essenciais e a ideia de uma nova vida para jovens e famílias. Mas, como já comprova a experiência do Casa Jovem, o que começa com anúncios de progresso pode terminar com comunidades encurraladas pela negligência urbanística.

Ao redor do terreno onde o Phoenix está a ser erguido, os moradores já vivem com medo.

“Estamos a ver o mesmo filme: primeiro vêm tapar tudo, depois constroem os muros e aí ninguém mais se lembra de nós. A água que corria por aqui vai parar onde?”

“O receio é que o Phoenix, ao não respeitar a hidrografia natural da zona, venha a bloquear ou desviar os escassos e pobres caminhos das águas já existente exactamente como fez o Casa Jovem, agravando ainda mais o problema crónico das inundações”, exteriorizou um dos moradores.

A alegada ausência de um plano integrado de ordenamento territorial, aliado à suposta falta de estudos de impacto ambiental tornados públicos, levanta preocupações sobre a sustentabilidade destes empreendimentos.

Num cenário em que as chuvas são cada vez mais intensas e imprevisíveis, construir sem respeitar o caminho natural das águas tem sido prenúncio de semear catástrofes. E, como demonstra a experiência traumática do “Casa Jovem”, os custos não serão pagos pelas empresas e nem pelos beneficiários dos condomínios, mas pelos vizinhos invisíveis do progresso

O drama dos que vivem ao redor



Quem vive próximo das zonas onde os imponentes projectos acolhem relata um quotidiano marcado por abandono, alagamentos crónicos e constantes ameaças de perderem o pouco que têm.

Na zona de Lihaze por exemplo, os moradores enfrentam um drama que começou quando as obras do

projecto Casa Jovem bloquearam as valetas naturais que antes escoavam a água das chuvas para o mangal.

A área era originalmente uma zona húmida, com canais naturais que permitiam o escoamento da água. Mas com a construção do muro do condomínio, essas valetas foram interrompidas e redireccionadas exclusivamente para servir o interior do empreendimento, deixando a população das áreas vizinhas exposta às consequências.

Adriano Malai (nome fictício de um morador que preferiu anonimato), vive em uma “Veneza” desde a construção do muro.

Com os pés constantemente mergulhados em água estagnada, transformou a sala num improvisado depósito, empilhando móveis sobre blocos de cimento.

“A cada chuva, a água entra pela porta e fica semanas sem sair. As crianças já não brincam no quintal, vivem cercadas por água podre, como se estivéssemos num pântano”, conta, com a voz embargada enquanto carregava água para tomar banho em num pequeno com-

da vedação, outras permanecem sitiadas, cercadas por arbustos aquáticos que crescem no lugar onde



antes havia pátios secos, parecendo mais um pântano que uma zona habitacional.

Para os moradores, o maior ressentimento está no descaso.

“Eles construíram valetas dentro do condomínio para escoar a água deles, mas fecharam as nossas”.

“A água que antes passava por aqui, agora volta e nos inunda. Parece que só eles importam”, lamenta um dos moradores.

Pior ainda, dentro do próprio muro da Casa Jovem, alguns edifícios estão hoje ao abandono, engolidos pela mesma humidade que devora as casas fora da vedação.

O solo saturado e a proximidade do mar tornam a zona particularmente vulnerável à subida das marés, e a falta de um sistema de drenagem comum transformou todo o entorno num cenário de negligência e desespero.

O que prometia ser um símbolo de esperança e dignidade para jovens moçambicanos acabou por isolar e marginalizar ainda mais os que vivem nos arredores. Enquanto outro projecto do género começa a fazer vibrar as máquinas, famílias seguem submersas num drama ignorado, convivendo com a água, a lama, arbustos aquáticos, doenças e o esquecimento

“É preciso parar de improvisar a cidade”

Para o ambientalista Carlos Serra, a questão que envolve o Phoenix e que desmonta os fantasmas do polémico projecto imobiliário Casas Jovens em Maputo, vai muito além do simples debate entre construção e conservação.

A sua principal defesa é a de que a cidade precisa de retomar o rumo do ordenamento territorial estruturado, baseado em planos urbanísticos pensados e executados, respeitando zonas ambientalmente sensíveis e os princípios da resiliência climática.

“Vou ser um pouco mais construtivo e menos destrutivo, no sentido de pensar em soluções”, começou por dizer, acrescentando que a expansão urbana em Maputo “foi feita de forma não planificada”, respondendo a “oportunidades e iniciativas”, sem uma visão clara do território e suas fragilidades.

“A cidade precisa, além do que se pensa, de uma superestrutura de drenagem, e parte dela está a ser feita com apoio do Banco Mundial. Mas a pressão sobre as infra-estruturas é enorme.”



O ambientalista recordou que, em 2008, foi concluído um Plano de Estrutura Urbana para a cidade de Maputo, que previa “áreas de protecção ambiental, incluindo bacias naturais de retenção de águas”, além da definição de zonas propensas à habitação, indústria e outras funções urbanas. “Era um bom plano, mas não foi levado até ao fim, nem sequer publicado no Boletim da República”, lamentou.

Segundo Serra, o abandono desse plano levou a situações graves como “atribuição de DUATs em áreas impróprias” e “ocupações espontâneas ou irregulares”. E embora reconheça a forte pressão do sector imobiliário em zonas costeiras, defende que “é possível fazer as coisas bem feitas” e “conciliar os interesses”, desde que se respeite o plano, a legislação e os estudos de impacto ambiental.

Para ele, o projecto Phoenix, devido à sua “grandeza e localização”, deveria obrigatoriamente ser submetido a uma Avaliação de Impacto Ambiental. “Não sei se existe ou não, mas é assim: nunca é tarde para se fazer”, enfatizou.

Carlos Serra chama a atenção para os problemas estruturais de drenagem em bairros como os que albergam tais projectos, onde “há gente que está debaixo de água até hoje”. Recorda que obras como a Estrada Circular de Maputo também agravaram a situação, ao impedir o escoamento natural das águas naquela região.

“Áreas que outrora estavam mais ou menos secas, hoje viraram lagos”, alertou. Ele defende que o crescimento urbano está a acontecer “de forma informal” e alerta que isso tem “implicações negativas” gravíssimas para o futuro da cidade. “Quanto menos bacias, território verde e árvores tivermos, mais propensos ficamos a inundações.”

Com base na nova Lei de Gestão e Redução de Riscos de Desastres, Serra sublinha que as zonas ecológicas devem ser protegidas e integradas no plano de adaptação às mudanças climáticas.

“A cidade precisa, além do que se pensa, de uma superestrutura de drenagem, e parte dela está a ser feita com apoio do Banco Mundial. Mas a pressão sobre as infra-estruturas é enorme.”

Para ele, algumas zonas podem inclusive ser permanentemente abandonadas à construção urbana, e reconvertidas em áreas de uso ambiental e recreativo.

O conceituado ambientalista defende, por isso, que soluções urbanas devem servir toda a população, e não apenas uma minoria.

“Uma cidade tem que ser uma cidade para todos. Nós não podemos resolver o problema de uns em detrimento de outros”, afirmou, reforçando que Maputo tem, sem dúvida, outras áreas para serem ocupadas para evitar sobrecarregar a zona do mangal.

Mais de dois milhões de bovinos no mapa da vacinação

Cerca de 2,3 milhões de bovinos serão vacinados este ano, no âmbito da campanha nacional visando para garantir a sanidade animal e proteger a saúde pública.



Segundo dados do Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas (MAAP), a grande maioria dos bovinos (2.354.105) receberão imunização contra o carbúnculo hemático, 852.581 contra o carbúnculo sintomático, 520.995 contra a febre aftosa, 618.956 contra a dermatose nodular e 114.854 contra a brucelose.

A campanha inclui também a realização de banhos carracicidos, visando o tratamento de cerca de 3,4 milhões de bovinos contra parasitas externos.

De acordo com o MAAP a vacinação anual é uma das principais estratégias dos Serviços Veterinários para a prevenção e controlo de doenças que afetam os animais e, em alguns casos, podem ser transmitidas aos humanos. A imunização que hoje arrancou faz parte do calendário obrigatório no programa nacional da pecuária e é considerada medida essencial para a proteção da saúde pública.

Governo quer mais proactividade na IAOM

O Governo quer maior proactividade no aumento da produção, industrialização, comercialização e exportação de culturas como algodão, sisal, soja, gergelim e girasol, como forma de impulsionar a transformação estratégica da cadeia de valor agrícola no país.

O repto foi lançado, recentemente, pela Primeira Ministra, Maria Benvinda Levi, durante a cerimónia de empossamento de Edson de Almeida, para o cargo de Director -Geral do Instituto de Algodão e Oleagino-

sas de Moçambique (IAOM).

No seu discurso de ocasião, Benvinda Levi recordou que a criação do IAOM tem como objectivo central dinamizar o sector, reduzindo a dependência externa e promovendo a produção nacional de óleo alimentar, subprodutos e ração.

De Almeida terá a missão de garantir, não só o crescimento da produção, mas também a melhoria da produtividade e rentabilidade dos produtores.



Factura de importação do arroz em alta

O custo das importações de arroz por Moçambique registou um aumento significativo em 2024, atingindo os 441 milhões de dólares, equivalentes a cerca de 27,8 mil milhões de meticaís. O valor representa um crescimento de 38,8% comparativamente ao ano anterior, onde a factura foi de 317,7 milhões de dólares (20 mil milhões de meticaís).

Segundo o relatório estatístico divulgado recentemente pelo Banco de Moçambique (BdM), o montante agora alcançado supera inclusive o recorde anteriormente registado em 2021, quando as importações de arroz totalizaram 342,3 milhões de dólares (21,6 mil milhões de meticaís).

O documento do banco central acrescenta que, em termos gerais, as importações moçambicanas de bens de consumo somaram mais de 8,2 mil milhões de dólares em 2024



— o valor mais baixo dos últimos três anos, apesar do peso crescente do arroz nas contas externas.

A evolução do mercado está também associada à queda na produção nacional de cereais.

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam que, em 2023, a produção de arroz caiu 34%, situando-se nas 161,8 mil toneladas, em comparação com as 245,7 mil toneladas colhidas em 2022. A Zambézia liderou com 48,5 mil to-

neladas, seguida pela província de Gaza, com 40,9 mil toneladas.

Além do arroz, outras culturas essenciais também registaram quebras. A produção de milho reduziu-se em 11%, para 2,1 milhões de toneladas, com destaque para as províncias de Tete (501 mil toneladas) e Manica (398,6 mil toneladas). Já a produção de mapira recuou 15%, para 139,5 mil toneladas, e a de mexoeira caiu 32%, fixando-se em 17 mil toneladas.

Aprovado projecto para geração de 130 MW de energia eólica

Moçambique aprovou, recentemente, o primeiro projecto eólico de geração de energia, que terá capacidade de 130 megawatts, diversificando ainda mais a matriz energética nacional.

O projecto, que será instalado no distrito de Namaacha, foi aprovado durante a 4.^a edição da RENMOZ 2025, um evento que teve lugar em Maputo nos dias 23 e 24 de Abril.

Com a entrada em funcionamento desta iniciativa, o Governo projecta triplicar a capacidade de produção de energia renovável até 2030 e garantir electrificação inclusiva e descentralizada, especialmente para zonas rurais. Gateway, destacando a energia como uma das áreas prioritárias de cooperação.

PRODAPE entra no distrito de Ribáuè

Arrancou, no passado dia 28 de Abril, a implementação do Projecto de Desenvolvimento da Aquacultura de Pequena Escala (PRODAPE), no distrito de Ribáuè, província de Nampula. O objectivo é modernizar a produção, aumentar a produtividade e reduzir os custos associados à actividade.

Para a concretização da iniciativa, foram identificados 1.200 beneficiários no distrito, que começaram a receber materiais e cheques destinados à execução dos seus projetos.

Financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o PRODAPE está a ser implementado em sete províncias do país.



Revista Terra

Rua da Resistência n.º 1642, 3º Andar, Porta M
Telef.: +258842399758 e +258821233910

Email: redacao@revistaterra.co.mz